

# O Recrutamento do Corpo Docente Teológico

Palestra proferida durante uma conferência de personalidades eclesásticas, reitores e docentes dos seminários teológicos de Pôrto Alegre e São Leopoldo.

por **Harding Meyer**

Maio 1961

## Estatística sôbre os três seminários de Teologia referente ao ano 1961

	Faculdade de Teologia de São Leopoldo	Seminário Concórdia P. Alegre	Seminário Episcopal P. Alegre
Número atual de alunos	43	28	11
1º Número de professores de tempo integral . . . . .	5	4	4
2º Número de professores de tempo parcial	4	1	4
3º Média de horas semanais de um professor . . . . .	6	9	7
4º Professôres brasileiros e sua matéria ..	1 (Teol. Prat.)	1 (Homilética e Simbólica)	3 (Sistem. História Teol. Pr.)
5º Professôres Estrangeiros e sua matéria	4 (alemães) Velho Test. Nôvo Test. História Sistemática	3 (2 alemães) (1 N. Amer.) Velho Test. História Nôvo Test. Sistemática	1 (japonês) Nôvo Test.
6º Idioma das Preleções	De 26 horas semanais 20 em alemão 6 em português	português (em casos excepcionais alemão)	português
7º País onde se formaram:			

Brasil .....	1	1	2
Estrangeiro .....	4 (Alem.)	2 (E EU) (1 EU e Alem.)	—
Brasil e Estrangeiro	—	1 (Brasil e Alem.)	2 (Brasil e EU)
8º Título Teol. obtido por defesa de tese .	3 doutores em teologia	—	1 S. T. M. (Virginia)
9º Idade média dos pro- fessôres .....	35 anos.	56 anos.	41 anos.
10º Atividades no minis- tério anteriores à do- cência .....	3 por um maior espaço de tempo. 2 nenhuma	Todos por um maior espa- ço de tempo	2 por maior espaço de tempo 2 por menor espaço de tempo

Os senhores têm em mão a cópia de uma pequena estatística, que revela os dados atuais a respeito do corpo docente de cada um dos três seminários ou faculdades de teologia representados neste encontro. Supomos que as indicações contidas, as quais recebemos dos próprios seminários, sejam exatas. A seqüência utilizada (Faculdade de Teologia da Federação Sinodal, Seminário Concórdia e Seminário Episcopal) obedece à escala descendente do número de estudantes de cada instituto.

Farei comentários a respeito de cada um dos dez itens, para tentar esclarecer o estado atual do corpo docente de nossos seminários e suas necessidades futuras.

A respeito do item Nº 1, quero chamar especialmente a atenção para o seguinte: os números indicados de professores de tempo integral, em cada seminário, só foram alcançados recentemente. Ainda há dois anos, nossa Faculdade (a Faculdade de São Leopoldo) tinha apenas três professores de tempo integral; hoje já há cinco. Também o Seminário Episcopal tem quatro professores de tempo integral só há muito pouco tempo.

Em comparação com o passado, êsses números alcançados significam um progresso que não pode ser suficientemente aquilatado. Tendo em vista a nossa Faculdade em São Leopoldo, posso aprovar plenamente as palavras de um colega do Seminário Episcopal, que há poucos dias me disse, sobre o seu seminário: «Própriamente dito, o nosso Seminário somente agora começou a existir.» De fato, temos que afirmar: Um seminário teológico no sentido integral da palavra pode existir unicamente com um certo número de professores que dedicam o tempo integral e toda a atividade à sua tarefa de ensino e de pesquisa teológica. Professores de tempo parcial, por mais numerosos e qualificados que sejam, nunca poderão compensar a falta de professores de tempo integral. Um ensino pleno e satisfatório num seminário não tem nada a ver com um cálculo

de adição, no qual uma certa soma total é alcançada também pelo adição de uma certa quantidade de somas parciais. Somente existirá um corpo docente de funcionamento pleno e satisfatório, onde houver para cada matéria teológica principal no mínimo um professor que esteja sempre e com sua **personalidade integral** à disposição dos estudantes, dedicando-se integralmente à sua matéria.

Com isso já abordamos uma outra questão: Qual deveria ser o número **mínimo** de professores de tempo integral num seminário? Na minha opinião, é evidente que deveria coincidir com o número de matérias principais, isto é, cinco (5): 1º Antigo Testamento; 2º Novo Testamento; 3º História Eclesiástica e do Dogma; 4º Sistemática, (O que inclui tanto a dogmática como a ética); e finalmente 5º Teologia Prática. Esse número mínimo, porém, ainda não foi alcançado por todos os três seminários, como mostra a estatística.

Item 2 — Professores de tempo parcial deveriam ensinar, a rigor, apenas matérias secundárias, como História da Filosofia, Psicologia, Simbólica, Sociologia e assim por diante. Evidentemente é tolerável que um professor de tempo integral ensine uma matéria secundária ao lado de sua matéria principal, sob a condição, porém, que seu tempo o permita. Mas nesse caso é preferível que se trate de uma matéria o mais possível ligada com a sua matéria principal. O professor de Sistemática, por exemplo, poderia ensinar também a Simbólica, o professor de História Eclesiástica, a História da Filosofia, o professor de Teologia Prática, a Psicologia.

Com isso já chegamos ao item 3, à questão do mínimo de horas semanais. A experiência demonstra que um professor universitário não pode e não deveria lecionar mais do que 6 ou 7 horas por semana. Esse número ainda permite um preparo sólido e profundo de suas preleções, permite que mantenha um contato firme e permanente com as recentes publicações relativas a sua matéria e que conserve relações pessoais com os estudantes.

Também deve ser garantido que o professor disponha de tempo suficiente para seus próprios trabalhos de pesquisa. Felizmente, a necessidade de trabalhos de pesquisa da parte dos estudantes é, hoje em dia, geralmente aprovada. Estamos, porém, conscientes de que esse trabalho de pesquisa entre os estudantes só poderá ser realmente realizado, se também os professores o realizarem seriamente de sua parte?

Onde o número máximo de 6 a 7 horas semanais é ultrapassado, surge automaticamente o perigo de o trabalho sério e sólido degenerar em mero ativismo. E com isso a finalidade de nosso ensino e de nossa educação não é alcançada de maneira alguma. Nesse caso, as preleções proferidas seriam provavelmente as mesmas de há 2, 5 ou 7 anos atrás. E isso significaria a morte do trabalho teológico. Fazemos bem em lembrar nesta ocasião a origem etimológica da palavra «escola», que provém do grego, através do latim «schola». Como todos sabemos, o grego «scholē» e o latim «schola» têm, entre outros, o sentido de «tranquilidade» («tempo

tranquilo»), designando simultaneamente os produtos decorrentes dessa «tranqüilidade», quais sejam: estudo, conferências e palestras filosóficas ou eruditas. Uma obra intelectual ou espiritual, que deveria ser de importância primordial para todos nós, nunca é realizada sob pressão. Que algo se produza sob determinadas condições de pressão é uma lei física, que não está em vigor no campo da pesquisa intelectual.

Obrigações regulares fora da tarefa própria do professor, como, por exemplo, a obrigação freqüente de pregar nos domingos, não são toleráveis. Numa certa ocasião, um colega meu disse: «A qualidade de nosso seminário determina-se pela quantidade de horas que os professores ficam sentados à mesa de trabalho.» Se quisermos chegar a um estudo sério de teologia, aqui no Brasil, temos que evitar, como um veneno mortal, a sobrecarga e o mero ativismo do professor.

Itens 4 e 5 — A proporção numérica entre os professores brasileiros e estrangeiros é, como se nota, superior em relação aos últimos. Do total de 14 professores em 3 seminários, apenas 6, isto é, nem mesmo a metade, são de nacionalidade brasileira.

Mesmo considerando como brasileiros um ou dois professores de nacionalidade estrangeira, porque se criaram e foram educados no Brasil, o fato permanece: apenas 50% dos professores são brasileiros.

Parece uma situação anormal. Os fatos ficam ainda mais explícitos, considerando-se que no Seminário Concórdia e na Faculdade de Teologia de São Leopoldo as matérias teológicas de caráter propriamente científico, como as do Antigo Testamento, do Novo Testamento, de História e da Sistemática, são ensinadas exclusivamente por estrangeiros. Somente no Seminário Episcopal duas dessas matérias — Sistemática e História Eclesiástica — estão sob a responsabilidade de brasileiros.

No início tínhamos dito que isso parecia ser uma situação anormal. De fato, nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na Alemanha, seria coisa quase inconcebível.

Mas não precipitemos o nosso juízo. Não desejemos precipitadamente uma situação diferente, pois esse fato apenas reflete nossa realidade e faz jus a ela: Em matéria de teologia dependemos de nossas Igrejas-Mães no estrangeiro. E partindo dessa realidade é simplesmente algo natural, que convidamos professores de teologia do estrangeiro. Mas o verdadeiro obstáculo para a formação de um corpo docente puramente brasileiro reside — ao meu ver — na falta de uma elite entre os estudantes daqui. Faço essa afirmação em relação ao nosso corpo de estudantes, o qual é maior que o número total de estudantes nos outros dois seminários juntos. Em comparação com a situação nas faculdades da Alemanha, encontramos por certo entre nossos estudantes a classe média, mas ainda não a elite.

Qual é a razão? Em primeiro lugar isso é uma consequência do nível de ensino. Nós, professores dos seminários brasileiros não podemos dar aos estudantes uma instrução tão qualificada como nossos colegas nas grandes faculdades da Europa ou dos Estados Unidos.

Mas, além disso, a falta de elite entre os nossos estudantes se explica pela lei geral que está na base de toda criação de elite. Sempre é necessário uma quantidade realmente grande para que surja uma pequena elite. Suponhamos, que só um estudante entre 200 ou 300 pertença realmente à elite: então se impõe a pergunta: qual é o seminário, que já educou 200 ou 300, para já não falar de 1000 ou 1500 estudantes, para uma elite de 4 ou 5 que poderiam reger todas as cadeiras. Conseqüentemente o fato de um corpo docente preponderantemente ou em 50% estrangeiro não é tão anormal como parecia à primeira vista.

Por causa do nível da educação teológica não devemos precipitar uma evolução natural.

Sem falsa preocupação podemos e devemos convidar professores do estrangeiro, até que a lei da criação de elite — talvez ao cabo de algumas décadas — permita a formação de um corpo docente inteiramente brasileiro.

Aliás, o fato que estrangeiros ensinam nos seminários brasileiros não deve ser considerado unicamente como um estado a ser superado. Se os professores, que vem de fora, tiverem a vontade firme de ver na sua atividade neste país não somente um interlúdio interessante e passageiro, mas sim, uma tarefa de sua vida, a sua atividade certamente será muito mais do que um mal necessário.

Isso tem estreita ligação com o item 6, a questão do idioma utilizado nas preleções. Como mostra a estatística, o português predomina em dois seminários. Quero acentuar: também no Seminário Concórdia, embora a maioria dos professores não sejam brasileiros. Únicamente na Faculdade de São Leopoldo as preleções na grande maioria, são dadas em alemão.

Nesse ponto tenho que falar em matéria da minha própria faculdade. Pois, à primeira vista, pode parecer algo anormal que a maioria das preleções num seminário brasileiro, não sejam dadas no idioma do país.

Mas o problema da língua, com o qual somos confrontados, é tão complexo que não se resolve como o famoso nó górdio. Esse problema, falando de um modo geral, é constituído por quatro componentes diferentes.

Primeiro — a necessidade de professores estrangeiros

Segundo — a situação lingüística atual de nossa igreja

Terceiro — a dificuldade de ser bilingüe

Quarto — as relações crescentes entre os seminários teológicos do Brasil e o objetivo comum de criar, no futuro, uma teologia nacional.

Os dois primeiros componentes nos impedem no momento de resolver o problema lingüístico pela eliminação do alemão. Como já constatamos antes, nosso seminário — como os outros também — depende da cooperação de professôres estrangeiros, em nosso caso, de professôres alemães. O contrato oficial exige dêles uma atividade de 4 anos. Atualmente somos 4 professôres alemães. Um de nós acaba de prolongar o seu contrato. Dos outros três o primeiro chegou ao Brasil há 2 anos e meio, o outro há 1 ano e meio, o último há 8 meses. Seria recomendável adotar precipitadamente o idioma brasileiro, dando aulas num português pouco correto e prejudicando com isso a substância das mesmas, se, por outro lado, todos os nossos estudantes compreendem o alemão sem dificuldade alguma?

Este fato, que todos os estudantes, embora sendo brasileiros natos com apenas poucas exceções, compreendem, contudo, sem dificuldade, o alemão, reflete a situação lingüística de nossa igreja. O fato é, que grande parte de nossas paróquias e comunidades, das quais os estudantes vêm, e para as quais voltarão como pastores, fala melhor o alemão do que o português. E' necessário que a educação dos estudantes concorde com essa situação lingüística de nossa igreja. Pois, a tarefa de um seminário certamente não é a de estabelecer um programa lingüístico que não respeite a situação dada, por exemplo o programa: aqui se fala unicamente o idioma do país.

Se nas décadas que vem, o alemão ceder completamente ao português em nossa igreja — o que provavelmente acontecerá — a educação teológica evidentemente terá que acomodar-se. Mas esse prognóstico não é o objeto desta conferência.

Enquanto que os dois primeiros componentes do problema lingüístico em nossa faculdade falam em favor de uma educação bilingüe, os dois últimos sugerem uma educação unilingüe, quer dizer, uma educação na qual predomina o idioma português.

Primeiro: o domínio perfeito de dois idiomas tão diferentes como são o português e o alemão, exige muito de cada um, que não possua um verdadeiro talento lingüístico. E' um fato, que quase ninguém de nossos estudantes conhece ambos os idiomas ao mesmo tempo de maneira realmente perfeita, como deveria conhecer. Isso significa para o trabalho intelectual um sério obstáculo, porque pensar e falar, pensamento e língua, são ligados tão firmemente, que pensar corretamente não é possível sem o auxílio de uma linguagem perfeita. Sempre de novo temos que fazer a lamentável constatação desse fato.

Segundo: Simpatizamos muito com a tendência geral de estabelecer relações mais estreitas entre os diferentes seminários do Brasil e também de criar, com o tempo, uma teologia nacional. E isso, de novo, reclama insistentemente o predomínio do idioma por-

tuguês em nossa faculdade. Pois, um seminário no qual predomina um idioma estrangeiro, ficará condenado a desempenhar o papel de expectador não podendo de maneira ativa e receptiva participar realmente nesta evolução importante.

Levando em consideração todos os componentes da situação lingüística da nossa faculdade, chegamos à conclusão seguinte: De qualquer maneira seria normal, se apenas uma parte das preleções fôsse dada em alemão. Mas o fato, que a grande maioria das preleções são dadas em alemão, deve ser considerado, com o tempo, intolerável.

Item 7: O fato indicado pelo item 7 é muito significativo para a situação dos professores de todos os três seminários. Com uma única exceção todos os professores das 4 matérias de caráter científico (Velho Test., Novo Test., História e Sistemática) receberam uma educação no estrangeiro, seja que tenham feito lá todo o curso ou somente um «post graduate study». Isso sublinha o que já mencionamos antes. E' a concessão que teologicamente ainda não vivemos de próprias fontes. E não é possível determinar, quando estaremos em condições de renunciar (com consciência tranqüila) a estas fontes no estrangeiro. Pelo contrário: em vez de renunciarmos a isso, deveríamos intensificar ainda mais do que antes os estudos dos próprios professores nas boas faculdades do exterior. Então seria preciso criar possibilidades maiores do que até hoje.

Nisso, porém, dependemos do auxílio financeiro das igrejas do estrangeiro ou das grandes confederações cristãs no mundo, porque sem auxílio certamente não se concretizaria essa necessidade urgente.

Considero os estudos de especialização dos próprios professores de muito mais efeito e muito mais econômicos do que a distribuição generosa de bôlsas aos estudantes. Aqui poderia fazer-se mais com menos despesas. Isso se deveria levar em consideração mais seriamente.

Para garantir o êxito de um tal estudo, o professor nunca deveria ser enviado sem uma tarefa concreta a ser cumprida. Poderia tratar-se, por exemplo, de qualquer pesquisa teológica. Mas poderia ser também a ordem de adquirir um determinado título acadêmico-teológico. E com isso chegamos ao item 8.

De 14 professores de tempo integral nos 3 seminários, apenas 4 possuem um título teológico, que adquiriram por um trabalho próprio determinado. Isso, ao meu ver, com o tempo, constitui uma situação intolerável. De modo nenhum quero afirmar, que a aquisição de um título signifique e inclua automaticamente a garantia de um ensino eficaz e feliz. Mas, no mínimo, temos que afirmar de um tal professor que deu (diante de uma comissão criteriosa)

uma prova pública de sua aptidão para a pesquisa teológica. Sei que acontece muitas vezes que professores sem título mostram-se mais capazes para a pesquisa e mais aptos para o ensino teológico do que um, que possui o título de doutor. Mas, neste caso: ofereçamos a um tal professor a oportunidade de dar prova de sua aptidão diante de uma comissão criteriosa do estrangeiro.

Ao meu ver constitui uma situação a ser superada tão rápido quanto possível: um corpo docente possuir nenhum professor ou apenas poucos com título teológico. Mas a situação torna-se ainda mais intolerável, se levarmos em consideração a idéia (frequentemente sugerida, discutida e em alguns seminários já realizada) de um «post graduate study», do qual resultará para o participante um título teológico. Conferir títulos por pessoas que mesmo não possuem um título mais elevado ou, no mínimo, igual, é do ponto de vista jurídico-formal algo que nem sequer pode ser levado a sério.

Com isso quero encerrar o meu comentário da estatística apresentada.

O item 9 poderia ser interessante para um ou outro.

O problema que está atrás do item 10: se é necessário exigir de todos os professores uma atividade no ministério anterior à docência, constitui uma questão, que prefiro deixar a cargo de cada um dos seminários. Mas creio pessoalmente, que a necessidade absoluta desta atividade não pode ser afirmada categoricamente, com exceção (evidentemente) dos professores de teologia prática.